

NEGRITUDE: O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E IDENTIDADE CULTURAL NEGRA E SEU OLHAR FILOSÓFICO INTERSECCIONAL DA DUPLA LUTA DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO

Manoelly Rodrigues Da Silva¹
Ana Flávia Felix Costa²
Antermógenes Freire Mendes³
Elizama Bernadino da Silva⁴
Gilmara Coutinho Pereira⁵

RESUMO

Em pouco mais de quinhentos anos o Brasil se vê diante de uma luta antirracista que só vem a ser representada, em conceito, no século XX. A resistência negra, que foi impressa em revoltas pela liberdade física, cultural e econômica permeia toda a história de nosso país, desde o Brasil colônia até os dias atuais. Através da escravização de corpos, o racismo se aloja no seio da sociedade, se estabelece e afirma-se. Além da grande força opressora racista, é necessário destacar a posição da mulher negra em todo esse processo de descolonização do corpo preto, que além de sofrer com a opressão racista e discriminatória, sofre no campo do gênero: a mulher preta se vê diante da dupla necessidade da luta, a luta de cor e de igualdade de gênero, que a filósofa Ângela Davis aborda de forma clara na obra gênero, raça e classe. Diante disto, investiguemos a resistência negra, a luta da mulher para conseguir os espaços percebendo a necessidade do olhar interseccional da luta, além da compreensão da lei 10.639/03 que torna obrigatória a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-Brasileira e Africana que será através de levantamentos bibliográficos a partir de análises qualitativas com a técnica exploratória e descritiva. Para assim compreendermos melhor, em uma visão filosófica, o que de fato acontece para que o racismo e o sexismo persista até a contemporaneidade e que a educação como ferramenta integralizadora é a chave para a superação dos mesmos.

Palavras-chave: Educação, Filosofia, Interseccionalidade, Negritude.

¹ Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Manoelly_silva@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Nafla05@hotmail.com;

³ Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Antermogenes@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Elizama.bernardino.2019@gmail.com;

⁵ Gilmara Coutinho Pereira: Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, gilmara.coutinho.uepb@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A história do negro durante milhares de anos foi e é marcada por usurpações. Desde sua sabedoria, até seus corpos. A historiografia nos mostra que a civilização egípcia⁶ localizada no nordeste da África⁷, é uma das civilizações mais antigas do mundo. Era, desta forma, estruturalmente organizada tanto no seu aspecto político quanto econômico. A civilização egípcia foi marcada por conflitos internos – o baixo e o alto Egito pelas melhores terras – que logo foram expandidos para outros territórios que o circundava. A escrita, a arte e seus cultos são fortemente marcados pela cultura mitológica tanto dos faraós quanto dos deuses que eram adorados. Vários foram os filósofos no auge da Grécia Antiga⁸ que faziam expedições ao Egito para apreender seus conhecimentos da natureza e da aritmética.

O Período que foi marcado pelas atrocidades do continente Europeu, a colonização, fora o ponto culminante para a separação da raça humana de acordo com a cor⁹ e também de acordo com suas crenças. Foi um momento da história em que os seres humanos conseguem superar a maldade e a perversão¹⁰ em transmitir ao Outro que não de sua cor e sua cultura, nomenclaturas de sub-humanidade, tornando-os presos, mercadorias para serem vendidas, mortos e usados como objetos e, no caso das mulheres, serem estupradas e reduzidas não só a sua cor, assim como os homens, mas a sua característica de fêmea procriadora. A colonização revelou a necessidade que o ser humano tem de afirmação de si e negação de tudo aquilo que lhe é alheio, isto é, aqueles homens e mulheres que, forçadamente, eram deslocados do continente africano para as américas, sem condições humanas mínimas, estavam em um processo de negação de suas raízes e, pior, negação de sua liberdade e de seu Eu, sendo transformados em bestas por serem associados à uma raça inferior.

Na medida em que compreendermos este processo de, inicialmente, negação da grande sabedoria egípcia, as africanidades, as particularidades do continente africano, seguindo-se para um processo de desculturação, que seria a negação das raízes afro e que culmina no que

⁶ Período dinástico 13.000 a 10.000 a.C.

⁷ Na região que posteriormente foi chamada de “África Branca ou Setentrional” por conter em sua grande maioria uma população branca de origem caucasiana.

⁸ Compreendendo o auge como o que se deu início à filosofia ocidental, vale ressaltar as grandes e importantes teorias que nos mostram a sabedoria acerca do mundo muito antes dos filósofos pré-socráticos, no fim do séc. VII a.C. início do VI. “Era costume aos sábios do século sexto (nomeadamente a Solón, por exemplo) viagens ao Egito, manadeiro tradicional da ciência Grega”. (KIRK, G. S., RAVEN, J. E., SCHOFIELD, M., *Os filósofos pré-socráticos*. Tradução: Carlos Alberto Louro Fonseca. ed. 7. Lisboa: Fundação Calouste, 2010.)

⁹ Visto que os escravos dos períodos antigos eram aqueles que perdiam em uma guerra, então não importava sua cor ou nacionalidade.

¹⁰ Sabendo-se que o período antigo foi marcado por guerras, o período de colonização tornou-se como ainda mais cruel, pelo fato de que, os seres humanos se viam amparados pela religião para validar suas atrocidades.

se chama por aculturação, a assimilação da cultura, que não a sua e, por fim, a escravização de corpos que se encerravam em tonalidades de pele, conseguiremos refletir de qual maneira o racismo se institucionalizou nas sociedades, para diluí-lo. O racismo impregnou-se no seio da sociedade, as ações racistas estão estruturalmente enraizadas e quebrá-las não será tarefa fácil, porém com o exercício da reflexão sobre este tema, não é impossível.

Além do mais, dentro do próprio movimento negro, devemos tornar visível a luta feminina. As mulheres pretas, possuíram uma grande representação no período colonial, que a necessidade e a hostilidade deste momento, obrigou-as a adquirir traços que iam contra a ideologia feminina, que no século XIX foi imposto. O mito da feminilidade construiu um modelo de mulher dócil, dona de casa, mãe e submissa, estas características não às pertenciam, não às mulheres negras, visto que, por conveniência dos senhores, seus donos, uma hora eram tratadas como “sem gênero” pois estas trabalhavam nos mesmos lugares e com a mesma intensidade que os homens e eram assim úteis em caráter braçal e, noutro momento, para seus prazeres carnavais, os senhores as tinham e as qualificavam como mulheres, ao estuprá-las, e neste último contexto eram somente para isso que serviam, reduzidas ao seu órgão genital. A mulher negra se percebe agora numa luta dupla, a luta pelo fim do racismo, e a luta pela igualdade de gênero, pelo direito de definir-se, e de ser a mulher que quiser, sem características impostas.

Ao compreendermos a luta antirracista e de igualdade de gênero no movimento de Negritude não podemos esquecer o viés que possibilitará a superação do racismo, a educação. A educação é a chave para as transformações das mentes, para a evolução humana, para a integralização, ou seja, o pertencimento do Eu na sociedade. Assim, entendemos que a abordagem dos conteúdos afro nas escolas viabilizará aos alunos uma noção mais humana sobre as lutas de nossos irmãos e irmãs pretos e pretas, massacrados, arrancados de suas terras e privados de liberdade, obrigados a adaptar-se à lugares que traziam marcas de sofrimentos em seus corpos; a lei 10.639/03 foi o resultado de muita resistência, foram necessários todos os sofrimentos impostos pelo colonizador para que hoje a luta e a perseverança dos pretos sejam conteúdos obrigatórios nas instituições de ensino.

Portanto, este trabalho tem como grande objetivo explicitar a luta antirracista da negritude e viabilizar a necessidade do estudo interseccional deste movimento, levando em consideração as pautas de gênero e raça contidas precisamente na obra da filósofa Ângela Davis. Desta maneira, a leitura acerca não só da negritude, mas da interseccionalidade que será a chave para a melhor aplicabilidade dos conteúdos afro na educação brasileira.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico com leituras em torno do estudo do movimento negro, com ênfase também no recorte feminino dentro do movimento; o método utilizado quanto à análise dos dados, foi o qualitativo; a técnica de pesquisa utilizada foi a exploratória e descritiva; o estudo foi utilizado na pesquisa textos com o intuito de levantamento teórico para abordar temas pertinentes propostos neste trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O levantamento bibliográfico permeou autores que retratam a realidade brasileira na luta antirracista e educacional como Kabengele Munanga, Paulo Freire e Zilá Bernd, como também a concepção da luta antirracista e o olhar interseccional e filosófico da filósofa Ângela Davis, além do estudo aprofundado sobre a origem da sabedoria grega para o nascimento da filosofia, dos autores Geoffrey Kirk, John Earle Raven e Malcom Schofield. Os resultados destes levantamentos estarão em processo de crescimento e reformulações, visto a complexidade e os diversos estudos que o circundam, seja na filosofia, na antropologia, na história ou na sociologia. Esta pesquisa irá perpassar por três subtemas que, em si, estão indiscutivelmente interligados: Negritude, recorte de gênero e educação.

Negritude: a luta contra a discriminação racial para uma educação democrática

A palavra negritude tem sua história muito recente, mas que antes mesmo de ser conceituada, ou seja, fazer parte da linguagem, da significação de algo, já era vivida e vivenciada pelos negros escravizados. Os quilombolas no Brasil são um grande exemplo das lutas e revoltas que permeiam o movimento de negritude, movimento de autoafirmação de ser negro, de suas raízes, de sua ancestralidade. A autora e doutora em Letras Francês Zilá Bernd explica em seu livro *O que é negritude*, a origem da palavra:

É interessante lembrar também que a palavra *négritude*, em francês, tem uma força de expressividade e mesmo de agressividade que se perde em português, por derivar

de *nègre*, termo pejorativo, usado para ofender o negro, uma vez que existe a palavra *noir*. A idéia foi justamente assumir a denominação negativamente conotada para reverter-lhe o sentido, permitindo assim que a partir de então as comunidades negras passassem a ostentá-lo com orgulho e não mais com vergonha ou revolta. Essa foi uma estratégia para desmobilizar o adversário branco, sabotando sua principal arma de ataque – a linguagem – e provando que os signos estão em permanente movimento de rotação. Logo, os signos que nos exilam são os mesmos que nos constituem em nossa condição humana. (BERND, 1988, p.17)

O que percebemos é que a ressignificação da palavra negro e posteriormente a negritude, insere-se como um orgulho de ser negro, fundamental para a identificação do ser humano que por conta do racismo, viveu por muito tempo apagado e excluído de um protagonismo na sociedade, principalmente no que se confere na educação, que se apercebe não mais como aquele a qual deve servir, e/ou baixar a cabeça, por ser-lhe atribuído o caráter de inferioridade, mas como um ser que é, junto com os brancos, construtor da sociedade. Esta concepção de que os signos, portanto, a linguagem, está em um processo de movimento nos indica a importância da ressignificação das palavras, isto é, em um momento que a palavra negra, era obtida em um teor pejorativo, em outro momento, pela força do movimento que se perpetua na linguagem, passa a (re) significar algo positivo.

A auto identificação é de extrema importância para que possamos compreender tudo aquilo que nos rodeia e tudo aquilo que está posto diante de nós, além de tornar as salas de aula ambientes propícios para o desenvolvimento humano e para uma integralização completa dos alunos neste ambiente. Kabengele Munanga, antropólogo e professor brasileiro-congolês, salienta a importância da identidade cultural e racial dos negros, e a tentativa de tornar a mestiçagem algo identitário de uma nacionalidade brasileira o que camufla a real intenção das aproximações entre brancos, negros e indígenas nos processos de colonização no país ao escrever em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* que:

Formulamos a hipótese e logo a tese de que o processo de formação da identidade nacional do Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade. Se o embranquecimento tivesse sido (hipoteticamente) completado, a realidade racial brasileira teria sido outra. No lugar de uma sociedade totalmente branca, ideologicamente projetada, nasceu uma nova sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual. (MUNANGA, 2008, p.15)

A nova sociedade que se instaurou, na verdade, foi cálculo errado dos europeus, porque as relações inter-raciais se davam, de forma primária, por estupro dos senhores brancos para com as mulheres negras escravas, que eram duplamente exploradas, no trabalho

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

escravo e sexualmente. Estes estupros, acarretavam em gestações, e estas mulheres grávidas, ou não eram amparadas por seus estupradores ou delas eram tirados seus filhos. Além do mais, esta mesclagem de “raças” serviu e foi por muitos teorizada como uma forma de embranquecimento da população, a fim de torná-la, ao longo dos anos, sem nenhum resquício da tonalidade de pele escura.

O movimento eugenista, criada por Francis Galton (1822-1911) em 1883 na Inglaterra que veio ao Brasil através do médico Renato Kehl, visava a superioridade da raça branca, inclusive Kehl acreditava que a melhoria racial só seria realmente possível com a predominância da raça branca no país, desta forma, a tentativa de branqueamento, já desde o início do século XX, era notória. Temos como grande exemplo nas artes plásticas o quadro “A Redenção de cam”, do artista Modestos Brocos (1895), em que é possível ver uma espécie de “embranquecimento” gradual da população Brasileira, desde a avó negra que agradece com as mãos para os céus que seu neto, fruto de uma relação inter-racial entre um homem branco e uma mulher negra, porém não retinta como sua mãe, nasce com a cor branca.

É de grande valia salientar como a sociedade colonial visava o homem e a mulher negra, em como seus corpos foram explorados e objetificados e, se não por completo, quase reduzidos ao nada. Os negros eram bem quistos no que se confere aos trabalhos braçais e árduos das fazendas, das lavouras, de resto eram bestiais e incompletos. Os opressores brancos não sabiam que, ao explorar os homens e as mulheres negras estavam criando neles o desejo de libertação e, aliás, em suas comunidades, os negros estavam se unindo e criando o movimento contra as opressões sofridas. O Grande exemplo brasileiro está localizado no Quilombo dos Palmares, que esteve vivo durante quase cem anos, mantendo a cultura dos diversos povos que ali viviam trazidos dos navios negreiros. Em seus anos quase terminais teve como líder Zumbi dos palmares. Zumbi e Dandara conjuntamente com os demais habitantes dos palmares, lutaram contra os bandeirantes para que o Quilombo (r)existisse; este processo de luta e resistência é um processo de negação da opressão e da afirmação da vida e do ser negro, e este processo tem por nome negritude.

Dos negros foi e é roubada sua história, sua luta é demonizada a fim de torná-la insignificante, apagando seus anos de busca pela liberdade e pelo direito de existir; dos negros é sugada a cultura e suas particularidades, as especificidades de suas crenças, tornando-as um imenso culto ao diabólico. A “arma” contra a discriminação racial está na educação igualitária, está na luta diária da inserção dos negros em todos os ambientes democraticamente elegidos a todos os cidadãos, e na superação do pensamento colonizador

nas instituições de ensino em todo país, levando a história real dos negros para uma descolonização gradual da epistemologia africana.

Interseccionalidade: A mulher e sua dupla jornada de luta

Há quem pense que a luta antirracista se encerra no campo da cor, há quem pense que a luta de gênero se encerra no campo do binarismo homem-mulher, há quem determine que a luta de classes seja delimitada à revolução do proletariado. Diferentemente destas concepções segregacionistas de lutas, precisamos compreender a luta de raça, gênero e classe interligadas e inseparáveis, isto é, de forma primária, não podemos ignorar a luta da mulher negra no movimento de negritude, o recorte deve ser necessário sem desmerecer todo o movimento e sem desmerecer também toda a luta que as mulheres pretas conseguiram enfrentar na casa grande e na senzala, assim “como o racismo, o sexismo é uma das grandes justificativas para as elevadas taxas de desemprego entre as mulheres” (DAVIS, 2016, p.240). Ângela Davis salienta a dupla luta das mulheres negras no período colonial, dizendo que:

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica a dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: desprovidas de gênero: mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.19)

O trabalho escravo tornou os pretos e pretas objetos úteis na produtividade braçal, e a mulher, que diferentemente de suas irmãs brancas, não era vista como dócil, dona de casa, mãe e submissa, não era vista de fato como uma mulher de acordo com o mito da mulher modelo que permeou a segunda metade do século XIX, além de sofrer nas mãos cruéis de seus “donos” sofreram racismo dentro do movimento que tentava buscar a igualdade de gênero e assim o sufrágio feminino. Davis, no quarto capítulo de seu livro *Mulheres, raça e classe*, aborda bem essa questão do racismo no Sufrágio; de acordo com ela, Elizabeth Candy Stanton, mulher branca abolicionista e outras mulheres do movimento sufragista feminino, acreditavam que o direito ao voto dos negros tornariam superiores os homens negros com relação as mulheres, aqui entendendo que são mulheres brancas e instruídas dos Estados Unidos da América, ou seja, a princípio as mulheres (brancas) apoiaram a libertação dos pretos e pretas, quando foi conveniente, pois perceberam que assim como elas, a comunidade

negra também eram oprimida, mas quando os sentimentos racistas desencadearam o medo do homem negro sobrepujar-se a mulher branca, elas voltaram atrás e negaram suas irmãs pretas ao declararem que seria mais importante as mulheres (brancas e instruídas) votarem do que os negros (homens e mulheres).

O sexismo e o racismo estão presentes até os dias atuais na vida das mulheres negras. Quando a “liberdade” chegou para a população negra uma sensação de dias melhores estava por vir, mas o que aconteceu foi o inverso: a liberdade fora apenas um nome, visto que, faltava algo de fundamental, a instrução, a educação para essa população marginalizada. As mulheres se viram em uma nova face da escravidão, o trabalho doméstico, “ neste clássico ‘círculo vicioso’ é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas como ineptas e promíscuas” (DAVIS, 2016, p.100), ou seja, a mulher negra se vê obrigada a aceitar a escravidão com uma nova nomenclatura, e ao tomar conta deste trabalho estas mulheres ainda se vêem distantes da tão sonhada igualdade entre as mulheres brancas e aos homens como um todo. A luta pela igualdade gênero nas escolas interligada a luta antirracista deve, sem dúvidas, um ponto crucial para uma educação capaz de transformar e reeducar a população que se encontra imersa numa nação racista e segregada.

O olhar interseccional abre o leque da possibilidade de a mulher negra alcançar seu espaço, afinal, a mulher negra, em comparação aos homens (brancos e pretos) e as mulheres brancas, são as que mais sofrem na sociedade quanto ao caráter racial e de sexo. É preciso entender que as mulheres pretas em sua dupla luta precisam deste recorte, para que possa ser compreendida por completo a luta antirracista, não adianta lutar contra o racismo e na inserção da educação sem direcionar os olhos também para a desigualdade que assola a mulher preta dentro do movimento.

A Educação como forma de integralização e transformação

A educação é transformadora, revolucionária e libertadora. O acesso ao conhecimento, tanto de si, de suas origens, quanto do mundo que circunda os seres, os liberta de qualquer tentativa de alienação, qualquer tentativa, como diz Paulo Freire, de não integralização dos seres tornando-os adaptados ao cotidiano, sem questionamentos e críticas sobre a realidade. A ignorância faz dos seres incapazes de lutar e de criticar tudo aquilo que a ele não é correto e justo, faz deles passivos e adaptados, reflexos das estruturas dominantes da sociedade.

“O anseio por conhecimento sempre existiu” (DAVIS, 2016, p.109) e, apesar da proibição de não poderem ler ou ir à escola, negros e negras escravizados nas américas, de forma clandestina, aprenderam a ler e escrever, também com instrutores clandestinos, das comunidades. Revolucionaram, possuíam sede de conhecimento que lhes eram negados, em grande contradição, pois, para os seus donos “a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais” (DAVIS, 2016, p.109). Se de fato eram incapazes, não haveria necessidade de lhes negar e proibir; eles sabiam que a educação era libertadora, e cedo ou tarde a luta de resistência eclodiria. Esta é a chave para a integralização dos pretos e pretas que ainda hoje estão inseridos na periferia da sociedade, a educação. A lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-Brasileira e Africana, é indispensável para se pensar numa maneira de descolonizar o pensamento que se tem acerca dos pretos, e descolonizar também os conteúdos abordados nas escolas, ou seja, da compreensão que se tem não só de sua cor, mas de suas raízes e de sua história.

A lei explicita: “O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. (BRASIL, 2003). Esta lei é resultado de muita luta por direitos culturais e sociais, tanto na sociedade quanto nas escolas brasileiras, luta que provém de séculos de segregamento racial e religioso, esta lei é, assim como o movimento de negritude, Resistência. Esta é a palavra que podemos enquadrar na integralização da comunidade negra na sociedade; que não só lutava pelo fim da discriminação racial, mas pelo fim do sexismo, subverteram-se, rebelaram-se contra aqueles que tentaram, e muitos conseguiram, apossar-se de seus corpos e de sua liberdade.

A opressão que assolou por séculos os negros e negras provindos do continente africano, semeou nestes o desejo de lutar e de ter de volta sua liberdade. Afastados de suas religiões e culturas muitos de nossos irmãos e irmãs foram mortos de formas cruéis, mas o desejo de não pertencer a outrem e tão somente a si mesmo, permitiu que a resistência negra se tornasse um movimento forte e decidido, pelo fim da escravização de seus corpos e pelo fim da ditadura racial e de gênero que até hoje vemos esta luta acesa e que, apesar dos sentimentos racistas e discriminatórios, está mais forte do que nunca.

O diálogo é fundamental para a educação, é com ele que nos tornamos críticos e libertos das opressões e alienações do mundo. Uma educação dialogada permite aos alunos uma reflexão sobre tudo que o circunda, segundo Freire, o diálogo permite:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 1967, p. 90)

Desta maneira, em conjunto, todos poderemos compreender que as peculiaridades dos povos, precisam ser afirmadas, ou seja, numa educação dialogada conseguiremos integrar as subjetividades das culturas e assim despertar nos seres a consciência e o sentimento de pertencimento nas sociedades, além de enfatizar a luta para que ela não seja esquecida, a luta por direitos e por igualdade e entendamos igualdade não como uma exclusão da individualidade, mas sim como uma forma de possuir direitos igualitários em todos os âmbitos da vida social, política, econômica, empregatícia e educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esclarecimento acerca da luta dos pretos e pretas desde o processo de desculturação no início da colonização européia até os dias atuais é e vem sendo discutida e abordada em vários âmbitos nas universidades, mas estamos em um grande impasse, pois, este tema precisa abarcar inclusive, além da “bolha” universitária, que acaba tornando a pauta pouco acessível e foge de sua função essencial, elucidar a população sobre o movimento de resistência negra, sobre a luta contra maus tratos, privação de liberdade, venda de corpos, estupros, e tantas outras atrocidades que de fato, nunca saberemos por completo o que lhes eram causadas. O ponto de partida deste esclarecimento, em uma maior proporção, se dá na educação. Claro aqui entendamos a educação não apenas nas escolas, mas que nestas, como algo indispensável em seus currículos.

A Resistência negra foi e é uma luta constante contra as opressões causadas pelo racismo e, apesar da nomenclatura Negritude ter sido cunhada no século XX, ela está viva desde as usupações de corpos negros do século XVI. É de grande valia conhecermos a história da luta de cor e de gênero, além da de classe, que neste artigo não foi um ponto trabalhado, visto a grande dimensão que o mesmo poderia alcançar, nos fixamos no movimento de negritude, no recorte da mulher preta e da educação, todos alinhados para um único propósito: o de dar visibilidade ao processo de subversão e, logo em seguida de tomada de consciência dos negros e a inserção da lei 10.369/03 no Brasil, tornando obrigatória nas

instituições de ensino (básico e superior) o estudo de conteúdos afro, a fim de tornar parte do dia-a-dia dos jovens, adolescentes e adultos os aspectos culturais afrodescentes, da identidade negra e da persistência que tiveram os povos negros contra a escravização de seus corpos.

Vale ressaltar também que não se pode pensar a negritude sem pensar no quanto a mulher negra sofreu, sofreu por possuir genitais femininos ao serem estupradas por seus senhores que, convenientemente as tinham ou como não-gênero, ao exercer os mesmos papéis que os homens exerciam no trabalho braçal, ou reduzi-las apenas aos desejos carnis e se encerravam nisto. E além disto, sofreram no movimento que tentava libertar as mulheres do poder patriarcal, visto que o sufrágio feminino visava a libertação das mulheres à frente dos negros, mulheres estas brancas, que diziam-se abolicionistas, voltando atrás e segregando, assim, suas irmãs pretas.

Mais uma vez voltemos a dizer sobre a força contrária à lei, ela se dá pelo medo da tomada de consciência atingir não só os setores acadêmicos, mas também os periféricos a este. Esta tomada de consciência, causou aos colonizadores muita dor de cabeça, então não seria espantoso hoje, o medo assombrar aqueles que oprimem e diminuem os negros, os caracterizando como seres inferiores, para que desta forma os mesmos se conformem e jamais queiram se levantar novamente contra a opressão. Mas uma vez levantados, não poderão baixar a cabeça, por tudo que seus antecessores viveram, os negros estão se unindo e essa união vem ganhando notoriedade e o que temos que fazer é iluminar esta união para que, o lugar do preto na sociedade não seja pensado como fora a alguns séculos atrás, que este possa afirma-se como ser pertencente à sociedade que construiu.

Logo, poderemos viver dias melhores e oportunidades iguais a todos, igualdade independente das singularidades, no ir e vir e no respeito. Pretos e pretas poderão integrar a sociedade sem esquecer os sofrimentos causados aos seus antepassados, mas cientes de que eles são resistência e, por serem, seu lugar está bem fixo, o de críticos de uma sociedade imersa no racismo.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

KIRK, G. S., RAVEN, J. E., SCHOFIELD, M.. **Os filósofos pré-socráticos**. Tradução: Carlos Alberto Louro Fonseca. ed. 7. Lisboa: Fundação Calouste, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.